

Tomada de Posição

No passado dia 13 de abril, foi incluído na ordem de trabalhos da Câmara um ponto sobre uma Revisão Orçamental. A sua inclusão significa que compete aos vereadores a sua discussão e a decisão de quais os problemas mais prementes que têm de ser resolvidos. Se o assunto não fosse da competência dos vereadores, este ponto não teria de ser incluído na ordem de trabalhos e caberia ao Presidente decidir sozinho.

Mas num regime democrático, há que respeitar todos aqueles que foram eleitos pelo povo, respeitando as competências de cada um. Não compete ao Presidente da Câmara decidir sozinho uma Revisão Orçamental. Em última análise, compete à Assembleia Municipal a ratificação das decisões tomadas por maioria na Câmara Municipal.

Chegar a consensos políticos, governar em minoria, são tarefas exigentes, mas também é a forma suprema da democracia.

Durante a discussão da revisão Orçamental, ouvimos falar em propostas (não do PS) no sentido de, uma vez que há dinheiro, o aumento do subsídio aos Bombeiros previsto para o segundo semestre, ter efeitos retroativos ao princípio do ano de 2017. Fará esta proposta sentido? Discuta-se para ver.

Ouvimos as posições de presidentes de Junta sobre importantes problemas das suas freguesias. Que fazer dessas preocupações? Será que é oportuno dar-lhes resposta neste momento, uma vez que há disponibilidade financeira? Discuta-se para ver.

Mas o Presidente da Câmara quis ouvir-nos? Não. O Presidente rejeitou discutir a possibilidade de um adiamento até segunda-feira (dia 24/4), de forma a permitir que a revisão fosse amplamente discutida e posteriormente aprovada e que ainda fosse a tempo de ser ratificada na Assembleia Municipal do dia 27. Nem uma proposta de suspensão dos trabalhos por 5 minutos, para que a CDU pudesse, após troca de impressões e melhor reflexão sobre o assunto, alterar o seu sentido de voto, foi aceite pelo presidente. Porque será que o fez? Porque não queria discutir e não queria entendimento nenhum. E como não queria entendimento nenhum, aplica a política do facto consumado para que isto não fosse aprovado. Mas então quais são as suas verdadeiras motivações?



O presidente da Câmara precisa de vir para as ruas dizer que “estes tipos da CDU são uns malandros, que só sabem ser do contra e boicotar”. O Presidente precisa de se fazer de vítima, para esconder aquilo que não fez durante quatro anos e que agora, em vésperas de eleições, quer fazer a todo o vapor. O presidente da Câmara de Valongo sonha com a maioria absoluta que não teve há quatro anos, porque a sua arrogância e pensamento de supremacia não lhe permitem olhar para a gestão do município em minoria, em que precisa de chegar a acordos com as outras forças políticas, em que precisa de ouvir os presidentes de Junta, em que precisa de chegar a consensos.

Felizmente, não tem maioria absoluta, embora faça de conta que a tem, ou então não é suficientemente astuto para saber governar com condicionalismos. Não saberá, ou não quererá?

Se tem uma folga de mais de três milhões de Euros e se vangloria de uma gestão positiva, deve-o a quem? À oposição, que lhe tem dado essas condições e a quem ele chama de “boicotadores”. O Presidente vive amargurado com as condições que tem tido, porque não queria ter essas condições, para provocar a queda da Câmara. Ele queria ser boicotado, mas como não é, inventa os boicotes.

O argumento que o Presidente da Câmara mais utiliza é: “- dia 1 de Outubro veremos”, porque governa apenas a pensar em votos.

Tenta atirar-nos à cara que estamos obstinados em dificultar a gestão do PS e diz-nos que aqui não aceitamos um pelouro a tempo inteiro, mas que em Matosinhos aceitamos. Eram duas situações completamente diferentes: em Matosinhos, ganhou uma lista independente e com maioria absoluta, que não precisa do voto da CDU. Não precisa do voto da CDU, mas quis o trabalho da CDU e para isso convidou-nos a assumir um pelouro.

Em Valongo, ofereceram-nos um Pelouro a tempo inteiro, mas exigindo-nos como contrapartida a votação acrítica e favorável dos documentos mais relevantes da gestão da autarquia.



Na reunião do dia 13/4 foram retirados dois pontos da Ordem de Trabalhos e não foi adiada a revisão do orçamento por mais uma semana. Porquê?

Porque o Presidente queria que o assunto fosse a votação para ser rejeitado.

Na mesma reunião, PS e PSD, contra o voto da CDU, aprovaram as contas da Vallis-Habita referentes ao ano de 2016, que permitem que esta empresa municipal tenha nos bancos cerca de um milhão de euros, enquanto mantém em estado de degradação contínua as casas dos Bairros de Habitação Social. Então, há uma coligação CDU/PSD?

Na mesma reunião foi decidido pelos votos do PS e PSD, contra o voto da CDU, aprovar a entrega a privados das refeições Escolares por mais três anos. Então há uma coligação CDU/PSD?

Em Março, PS e PSD aprovaram novos aumentos da água e saneamento, contra o voto da CDU. Então, há uma coligação CDU/PSD? Ou na realidade, existe uma verdadeira coligação PS-PSD, que funciona para aprovar tudo o que é essencial aos interesses que PS e PSD defendem e sempre defenderam em conjunto?

Mais estranho ainda é tudo isto passar-se numa quinta-feira e na sexta-feira já estar nas caixas do correio em Alfena, um comunicado do PS a falar do assunto. Não estaria o comunicado já feito? Será que, se a revisão fosse aprovada, teriam que deitar o comunicado ao lixo? Será que a empresa que fez este comunicado também foi a mesma que fez para a Câmara aquele comunicado que mentia às populações, dizendo que as juntas tinham recebido dinheiro para limpar todas as ruas todos os dias da semana?



Srs. Deputados

José Manuel Ribeiro está a aplicar a política do “vale tudo”. Mas será que dorme descansado? No seu discurso de 25 de abril, que ouvimos com muita atenção, referiu várias vezes a ética da responsabilidade. Neste comportamento que teve, onde está a ética da responsabilidade? É esta a forma como aplica através da sua ação os valores que o guiam? Então não é esta coisa de insinuar, mentir, lançar a dúvida que alimenta os populismos. Onde estão os valores na ação política? A procura pelos aspetos positivo, não lhe permitiu ver que tem governado sem entraves durante cerca de 4 anos, tem no PSD o partido que o deixa aprovar todas as privatizações/concessões que tanto deseja e tem na CDU o apoio para o reforço do poder e dos meios da Câmara Municipal, para a recuperação para a Câmara Municipal das parcerias que levaram este concelho à ruína, para o reforço do investimento, para o reforço do que nós consideramos a melhoria da qualidade de vida das populações e da capacidade de resposta da autarquia.

Disse no seu discurso do 25 de Abril que os seus pais o ensinaram a dizer Sim e Não, acreditamos nisso, só consideramos é que não o ensinaram a ouvir o Não, a ser contrariado, a ter as suas intenções frustradas e a procurar chegar a acordo com os outros, construindo com os outros melhores soluções.

De nossa parte continuaremos como até aqui, pautando a nossa ação pela ética da responsabilidade, pelo cumprimento dos nossos compromissos com os Valonguenses, tenha a certeza que terá o nosso apoio em tudo aquilo que consideremos uma mais valia para os Valonguenses e terá a nossa firme oposição aos seus desmandos e tiques de autoritarismo.

Valongo, 27 de abril de 2017

fel A Coligação Democrática Unitária



Doc. 2

Assembleia Municipal de Valongo

Sessão Ordinária – 27 de abril de 2017

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Mesa e restantes Membros

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal e Vereação

Ex.^{mos} Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.^{mo} Público e Comunicação Social

Boa noite a todos

Concluída a requalificação da Estrada Municipal 606, designadamente na ligação a Sobrado pelo Grupo Jerónimo Martins deparámos que a obra foi circunscrita à repavimentação do piso e à criação de valetas íngremes condutoras das águas pluviais, expondo assim os transeuntes e automobilistas a consideráveis perigos, nomeadamente atropelamentos e resvalamentos nas valetas.

Com o piso betuminoso novo, o tráfego aumentou e a velocidade dos veículos que transitam na via aumentou também consideravelmente. Nas proximidades dos equipamentos, especialmente nas imediações da Escola Profissional de Valongo e do Pavilhão Municipal de Sobrado, equipamentos frequentados pelos alunos das escolas e pelas coletividades locais não existem quaisquer mecanismos redutores de velocidade, para além da sinalização de trânsito que proíbe a circulação superior a 40Km/h, e que todos sabemos ser raramente cumprida.

Propõe-se que seja efetuada uma reavaliação da segurança rodoviária desta estrada pela autarquia e que sejam aplicadas lombas redutoras de velocidade em particular próximo do Pavilhão, onde com regularidade se juntam centenas de pessoas.

Na ausência de passeios desde da Escola Profissional de Valongo até ao Pavilhão Municipal de Sobrado, o grupo municipal PSD/PPM sugere que se deva acautelar, em sede de revisão orçamental, o investimento para a construção dos mesmos de modo a garantir a segurança de todos.

Continuando a fazer alusão às obras de infraestruturas em Sobrado, no início de abril foram publicadas fotos na página do *facebook* do Município o começo das obras da via de ligação Gandra-Costa em Sobrado, uma infraestrutura há muito desejada pela comunidade local. Visitada a obra nos últimos dias, verificou-se no local que as máquinas não estavam em funcionamento e que no meio da via encontravam-se árvores (ver fotos), na maioria sobreiros que presumivelmente serão transplantados.

Face a esta situação, questiona-se a Câmara sobre: qual o destino das árvores que se encontram no meio da via; quais as próximas diligências a seguir para dar continuidade à empreitada e para que a mesma seja executada no prazo anunciado no aviso que encontra-se afixado no local.

No âmbito das comemorações dos 180 anos do Município de Valongo, iniciadas a 29 de novembro de 2016, está prevista na sua programação uma homenagem a personalidades do Concelho para o próximo mês de maio. Atendendo a proximidade da data, gostaríamos de questionar a Câmara, através da Mesa, se a lista dos homenageados está já concluída. Pressupondo que a lista possa estar concluída, o grupo municipal PSD/PPM gostaria de a conhecer e ser informado sobre os critérios utilizados para a seleção e a exclusão dos nomes das individualidades a homenagear.

O Grupo Municipal PSD/PPM

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a horizontal line at the bottom, positioned over a solid horizontal line.

(Paula Moreira)



Doc. 3

Assembleia Municipal de Valongo

Sessão Ordinária – 27 de abril de 2017

MOÇÃO CONTRA O ENCERRAMENTO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS DE CAMPO

Encerrou hoje dia vinte sete de abril o balcão da Caixa Geral de Campo, sendo o único banco na União de freguesias de Campo e Sobrado que serve uma população de 15.944 habitantes (censos de 2011). Esta é uma opção que vai impedir o desenvolvimento da União das Freguesias, em particular com impacto no tecido empresarial.

A União das Freguesias de Campo e Sobrado é muita extensa, com uma área de 32,27 km², o que obriga a fazer grandes deslocações. De salientar que está mal servida de transportes públicos, o que dificultará ainda mais a deslocação a uma outra instituição bancária, sobretudo por parte da população mais idosa.

Esta decisão é um claro prejuízo para a população da União de freguesias.

A Assembleia Municipal de Valongo reunida a 27 de abril de 2017, manifesta-se de uma forma muito clara e inequívoca contra o seu encerramento.

Solicita o envio de cópia desta moção ao Conselho de Administração da CGD, ao Governo e aos grupos Parlamentares da Assembleia de República.

Valongo, 27 de abril de 2017

O Grupo Municipal PSD/PPM

Modernização e Requalificação Escola Secundária de Ermesinde

A Escola Secundária de Ermesinde, que como é do conhecimento geral, apresenta um estado avançado de degradação ao nível da sua estrutura civil, bem como uma situação de carência profunda no que a equipamentos escolares e didáticos diz respeito, dificultando muito a prestação de um bom serviço educativo. Por outro lado, quer pelas condições precárias ao nível ambiental no interior da escola, temos ainda a existência de coberturas em fibrocimento que apresentam fatores de risco elevado para a saúde humana.

A população estudantil da ESE no ano letivo de 2016/17, é de 1544 alunos divididos por 68 turmas, numa escola que foi desenhada, há 30 anos, para apenas 50 turmas, estando por isso a funcionar em regime de sobrelotação cifrado em cerca de 36%. O quadro de pessoal docente conta com 156 professores e o de pessoal não docente conta com 44 elementos.

Após vários anos de espera por uma solução política e económica que permitisse a requalificação e modernização da Escola, também é do conhecimento que este executivo camarário estabeleceu um acordo com o Ministério da Educação, assinado no pretérito dia 23 de dezembro de 2016, que permitiu finalmente uma solução para a tão desejada requalificação e modernização, a realizar em duas fases.

Finalmente vislumbra-se luz ao fundo do túnel.

Concluído já o projeto de arquitetura, vai agora ser lançado a concurso para que avancem de seguida as obras da primeira fase.

Neste contexto, o Grupo Municipal do PS vem manifestar o seu voto de congratulação por esta importante etapa que a breve trecho levará finalmente ao avanço das obras de requalificação e modernização da Escola Secundária de Ermesinde.

Celestino Neves

(Independente)

Sessão ordinária de 27-04-2017

Antes da Ordem do dia:

(Para dois protestos e uma interpelação dirigidos ao senhor presidente nos termos regimentais):

Protesto 1:

Já lá diz o Povo: ***"terra onde não há Abril todos ralham por razões mil"*** – se não é assim é parecido... Abril Maior foi anteontem e se a primeira figura do Município se sente confortável com o atentado à Liberdade que mais uma vez foi perpetrado no decurso da cerimónia solene ocorrida na Câmara, quem sou eu para discordar?

Mas sim, discordo e protesto da forma mais veemente contra a unanimidade dos membros da comissão de representantes, concordando consigo no sentido de uma vez mais amordaçar o deputado independente e também Abril e a Liberdade.

Protesto 2:

2.1 - Na resposta ao meu Requerimento apresentado na última sessão e, pasmemos todos, respondido apenas ontem, ou seja, em vésperas desta sessão e cuja resposta eu requeiro seja distribuída a todos os membros, nos pontos 1. e 2. é referido que ***"o requerente deve identificar concretamente quais os documentos cuja cópia pretende"***

No meu julgamento foi repetida até à exaustão – inclusivamente por si – a mentira de que eu teria repetido várias vezes o pedido de documentos relativos ao processo Novimovest (UOPG 06 de Alfena) e que foi isso é que motivou o pedido de parecer à CADA.

Quero por isso uma cópia que me desminta, dos protocolos de entrega dos mesmos.

Percebo o incómodo, até porque não há nada para me entregar, mas é sempre preferível assumir a mentira do que tentar enganhar - **porque o meu pedido é claro necessita de ser melhor especificado, ou necessita?**

2.2 – Relativamente à falta de saneamento na zona do apeadeiro de Cabeda/Nossa Senhora da Paz, foi-me remetida uma resposta da BeWater onde esta **já reconhece a existência de problemas graves** – ao contrário da resposta anterior que me foi dada pelo executivo – depois de o senhor vice-presidente ter reconhecido em 2016 que era ***"uma das situações mais graves e que a obra estaria no terreno até final do ano (2016)"***.

A resposta da BeWater confirma no entanto apenas uma pequena parte dos incumprimentos vários por parte da concessionária. **Não justificará isso uma melhor ponderação relativamente à aprovação do novo aditamento ao contrato de concessão?**

2.3 - Quanto à pergunta sobre a existência de algum projecto relacionado com o terreno público municipal cedido ao Moto Clube de Alfena junto ao nó da A41, foi-me remetida uma mentira!

Protesto portanto de forma veemente e uma vez mais, pois numa das últimas reuniões públicas de Câmara, foi deliberado autorizar os Serviços a avançarem com a elaboração de um projecto para a nova sede do Moto Clube de Alfena.

Mentir é feio e mentir na resposta a um Requerimento de um deputado, além de feio é ilegal.

3) Interpelação:

Recebi no passado dia 24 - 151 dias depois de a ter requerido ao executivo por seu intermédio - a resposta às minhas dúvidas sobre o alegado 'peculato de uso' da viatura do presidente da Câmara e restantes vereadores com pelouro - requeiro igualmente a distribuição da resposta.

(Numa denúncia que apresentei sobre o mesmo assunto, o Ministério Público não me deu razão e até considera vantajoso que o presidente da Câmara e vereadores tenham viaturas para uso pessoal e as usem sem restrições, dispensando motorista e qualquer registo diário que detalhe a sua utilização).

Parafraseando o sábio igualmente inconformado, digo apenas: ***"e no entanto ela move-se"***...

Insisto porém:

3.1 - Sabe V.Ex^a. quanto representa em termos de vencimento indirecto e encapotado a atribuição de uma viatura sem quaisquer restrições ao seu uso diário?

3.2 - Na resposta que me foi remetida, a senhora chefe de gabinete permitiu-se de forma atrevida fazer algumas considerações e ameaças encapotadas sobre o eventual uso do conteúdo da resposta - 'reutilização dos documentos' - avisando sobre consequências várias inclusive criminais, em caso de incumprimento.

Pode fazer o favor de transmitir à senhora chefe de gabinete a minha recomendação para que se preocupe mais com o seu bom desempenho profissional e deixe as obrigações legais dos deputados para eles próprios?

(Solicito a transcrição integral em Acta destes protestos e interpelação)

Valongo, 27-04-2017



(Celestino Neves)

Sobre os vestígios geológicos nos Montes da Costa

Em Abril de 1999, a CDU fez aprovar uma Moção apresentada na Câmara Municipal de Valongo, onde, após manifestar o seu apoio a todos os envolvidos, Professores, Estudantes, Cientistas e populares, pelo trabalho de estudo apresentado sobre a importância científica na pesquisa de vestígios geológicos na zona dos Montes da Costa em Ermesinde, e finalizava então essa Moção com uma recomendação em que dizia:

"Recomendar à Câmara Municipal de Valongo que, no âmbito das competências que lhe são próprias, mande executar os estudos que se mostrem necessários à salvaguarda dos vestígios em causa e, conseqüentemente, introduza na proposta de revisão do PDM as alterações julgadas convenientes para o efeito."

Após uma fase de excelente trabalho, em que foram tomadas várias medidas para a definição dos limites de salvaguarda da área circundante, e ainda outra fase em que aconteceram trabalhos de continuidade de pesquisa científica com alguma envergadura, tudo parece ter voltado ao seu normal.

Sendo que entendemos como preocupante, a deposição contínua de lixos e terras provenientes de alguns lugares das redondezas; A permissão de construções, sem critério definido, a não ser a possibilidade de vir a permitir mais tarde a utilização de continuidade de construção para dentro da área reservada; A contínua degradação de todo o espaço envolvente com a construção de armazéns e provável habitação.

Toda esta situação permite-nos a colocação de muitas dúvidas, quanto às intenções existentes pela parte do Executivo Camarário, mas que também devem ser imputadas à responsabilidade da Junta de Freguesia de Ermesinde, como garante da defesa dos interesses da população que representa, o que nos leva à colocação de algumas duvidas:

- Quais os projectos futuros, para a defesa e manutenção de toda aquela área reservada e de todo aquele espaço geológico, conhecidos pela parte do Presidente da Câmara Municipal?
- Quais as medidas a desenvolvidas, pelo Snr. Presidente da Câmara de forma a contrariar o abuso continuado, na colocação de lixos e terras em todo aquele espaço?
- Quais as medidas do Shr. Presidente da Câmara na salvaguarda da defesa das linhas de água existentes na Freguesia, e em particular a Ribeira de Asmes, com nascente na envolvência daquela área?
- Que futuro reserva o Srh. Presidente da Câmara, para todo aquele espaço, e o tempo que vai demorar na tomada de medidas de defesa para a preservação de toda a riqueza geológica dos Montes da Costa, que devam ser tomadas, dando continuidade ao processo já decidido há vários anos?

CDU - VALONGO
27-04-2017

Adelino Soares



MOÇÃO

Tivemos conhecimento através da resposta do Governo à pergunta que lhe foi feita pelo PCP na Assembleia da República, relativa à «Situação dos Agrupamentos de Escolas da Maia e de Ermesinde» que, para o Ministério da Educação:

- o orçamento de 2016 foi feito com base em critérios rigorosos segundo os quais estão asseguradas as verbas necessárias para os encargos fixos com as instalações, como sejam, a eletricidade, a água, as comunicações e combustíveis;
- não houve qualquer congelamento ou "corte" generalizado a nível nacional;
- sempre que necessário, atendendo à execução orçamental ao longo do ano poderá ser requerido um pedido de reforço das rúbricas que não as relativas aos encargos fixos, como sejam, produtos de higiene e limpeza, reprografia e outros.

Não obstante, a informação que temos da Escola Secundária de Ermesinde e que se encontra plasmada em atas do Conselho Geral, o órgão máximo da Escola onde a Câmara também tem assento através do Senhor Vereador da Educação, é precisamente o contrário.

Assim, na reunião de vinte e três de novembro de dois mil e dezasseis, foi dito neste órgão que:

- "têm sido enviados vários ofícios para a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE) e para o Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGEFE), a solicitar o reforço da verba atribuída ao Agrupamento de modo a poder proceder ao pagamento de faturas que se encontram pendentes, contudo não se obteve ainda resposta.";
- "tem vinte e quatro mil euros de faturas para pagar (eletricidade, comunicações, água, gás, assistência técnica informática, diversos outros serviços) mas que não (se) pode prever quando (se) procederá ao pagamento das mesmas pois não há verbas.";

AMR



- "recebeu hoje (23 de novembro de 2016) da EDP um aviso de corte do fornecimento de energia elétrica, que será executado a cinco de dezembro ... se até essa data não for feito o pagamento da despesa";

- foi também dito que só poderiam pagar uma das faturas da EDP, e que várias despesas iriam ficar por pagar naquele mês.

De salientar ^{que} as dívidas não resultavam de uma má gestão, pois não houve agravamento da despesa relativamente ao ano anterior, antes, segundo uma intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, "a verba atribuída pelo Orçamento de Estado para este ano letivo foi trinta mil euros inferior que no ano letivo anterior e que este tem sido o panorama desde dois mil e onze até à data, contando-se já com um corte de cento e vinte mil euros."

Também na reunião do mesmo órgão, realizada em vinte e seis de janeiro de dois mil e dezassete, este assunto foi tratado, pois a situação estava a tornar-se "preocupante, na medida em que, devido aos sucessivos cortes no Orçamento de Estado destinado à Educação, (...) existem inúmeras despesas de dois mil e dezasseis que estão ainda por pagar e que serão liquidadas pelo Orçamento de dois mil e dezassete."

Foi dito na reunião que "o défice do Agrupamento, acumulado até dezembro de dois mil e dezasseis, corresponde a um ano de saldo negativo, respetivamente cento e treze mil euros, pelo que cerca de oitenta por cento do Orçamento para o ano de dois mil e dezassete está já cativo/ gasto em despesas do ano transato."

O Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Ramalho, lembrou que "se as despesas de água e eletricidade, inerentes às obras de requalificação da Escola-Sede, ficarem a cargo do Agrupamento estas terão grande impacto no Orçamento para o presente ano civil." – o que ainda vai agravar mais a situação do Agrupamento.

Acresce-se que em finais de janeiro o Agrupamento ainda não tinha procedido ao "pagamento dos subsídios relativos a manuais e materiais escolares, bem como das bolsas de mérito", sendo que tal normalmente acontece "no mês de dezembro de cada ano letivo", porque o Agrupamento ainda não tinha recebido a verba da Ação Social Escolar (SASE), destinada a este efeito.

RMK

2/5



Face ao exposto o Grupo Municipal do PSD manifesta a sua preocupação relativamente:

- à situação económico-financeira desesperante em que se encontra a Escola Secundária de Ermesinde;
- à contradição entre a versão do Ministério da Educação e da Escola de Ermesinde relativamente à redução orçamental, não tendo qualquer dúvida do lado em que está a verdade, isto é, não tendo qualquer dúvida que a Escola tem tido uma gestão equilibrada e escrupulosa e que a falta de dinheiro se deve não a um aumento de despesa, mas sim a uma redução da receita.

Assim sendo,

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida aos 27 dias do mês de abril de 2017, propõe a aprovação de uma MOÇÃO instando

- o Ministério da Educação a esclarecer, o mais breve possível, a situação;
- a adotar as medidas necessárias – reforço do orçamento – ao normal funcionamento da Escola Secundária de Ermesinde.

Mais propõe que se aprove dar conhecimento da presente moção ao Senhor Ministro da Educação, à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, ao Instituto de Gestão Financeira da Educação, ao SASE e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

*Junta: mapa de despesas de 2016 redimensionadas por falta de
cabimento orçamental - Anexo I*

Valongo, 27 de abril de 2017

Pelo Grupo Municipal PSD/PPM

Rosa Maria de Sousa Martins Rocha
(Rosa Maria de Sousa Martins Rocha)

Anexo I - Anos 2016 e 2017 Escola Secundária
de Évora do PSD/PPM

MAPA DESPESAS DE 2016 NÃO ASSUMIDAS POR FALTA DE CABIMENTO ORÇAMENTAL

FORNECEDOR	FATURA	DATA PAGAMENTO	VALOR	
BeWater	20999169	28-11-2016	499,50	a)
BeWater	21001738	05-12-2016	1.675,73	a)
BeWater	11005906	22-12-2016	484,94	a)
EDP	11160000823546	26-12-2016	2.083,43	a)
EDP	11160000823537	26-12-2016	2.907,62	
EDP	11160000890263	31-01-2017	4.272,34	
EDP	11160000890262	31-01-2017	2.745,17	
EDP	11160000943806	13-02-2017	2.616,67	
EDP	11160000943819	13-02-2017	4.734,51	
EDP	12160000027591	13-02-2017	16,45	
NOS	201602/646363	29-12-2016	443,59	a)
NOS	11160798887	01-12-2016	104,06	a)
NOS	12160657541	01-01-2017	110,70	a)
PT EMPRESAS	492811224	29-12-2016	157,49	a)
PT EMPRESAS	636985476	16-12-2016	19,11	a)
PT EMPRESAS	636985481	16-12-2016	62,48	a)
PT EMPRESAS	636985480	16-12-2016	24,02	a)
PT EMPRESAS	492123211	27-12-2016	32,99	a)
PT EMPRESAS	637585613	26-12-2016	28,99	a)
PT EMPRESAS	492811387	29-12-2016	96,91	a)
PT EMPRESAS	492817149	29-12-2016	65,54	a)
PT EMPRESAS	638994249	11-01-2017	24,02	
PT EMPRESAS	638994245	11-01-2017	19,11	
PT EMPRESAS	638994250	11-01-2017	62,48	
BCN	125545	12-11-2016	357,62	a)
BCN	125544	12-11-2016	856,92	a)
BCN	125550	12-11-2016	56,27	a)
BCN	125549	12-11-2016	392,00	
BCN	125548	12-11-2016	15,58	a)
BCN	125547	12-11-2016	13,94	a)
BCN	125546	12-11-2016	445,88	
BCN	126081	11-12-2016	1.201,71	
BCN	126082	11-12-2016	358,13	
BCN	126083	11-12-2016	445,88	
BCN	126085	11-12-2016	12,85	
BCN	126086	11-12-2016	15,58	
BCN	126087	11-12-2016	392,00	
BCN	126088	11-12-2016	10,32	
BCN	126089	11-12-2016	124,35	
BCN	126665	14-01-2017	1.079,79	
BCN	126666	14-01-2017	392,31	
BCN	126667	14-01-2017	445,88	
BCN	126668	14-01-2017	15,58	
BCN	126669	14-01-2017	392,00	
BCN	126670	14-01-2017	15,57	
BCN	126671	14-01-2017	50,77	
J.T. INFORMÁTICA	4/323	16-09-2016	492,00	a)

J.T. INFORMÁTICA	4/333	24-10-2016	492,00	
J.T. INFORMÁTICA	4/342	21-11-2016	492,00	
J.T. INFORMÁTICA	4/349	05-12-2016	492,00	
THYSSENKRUPP	1506160114	01-07-2016	129,59	a)
THYSSENKRUPP	1506192910	05-10-2016	129,59	
THYSSENKRUPP	1506225838	05-01-2017	129,59	
INFORÁRIOS	654	11-09-2016	164,19	a)
INFORÁRIOS	829	30-11-2016	164,19	
INFORÁRIOS	746	03-11-2016	164,19	
V.G.V.-GÁS	934	26-10-2016	292,52	a)
V.G.V.-GÁS	271	23-11-2016	303,72	
REPSOL-DEP. GÁS	12110241831	27-09-2016	772,10	a)
GALP ENERGIA	2232712897	20-09-2016	1.773,73	
APAR-FORMAÇÃO	481	02-11-2016	200,00	a)
DISPLR	45	28-10-2016	391,14	a)
CREATIVESHIFT	116/14	17-06-2016	1.057,50	a)
DIFERENT	29102	16-12-2016	8,50	
ELETRIFICADORA MOREIRA	511	11-12-2016	853,93	
DESLOC. LISBOA-ALUNO	COMBOIO	24-05-2016	62,00	
		TOTAL	38.943,26	
a) faturas assinaladas, pagas com duodécimo de janeiro 2017			10.688,85	

5/5

Recomendação

Escola Básica com Jardim de Infância do Xisto

O Grupo Municipal da CDU vem recomendar à Câmara Municipal de Valongo a cedência à Junta de Freguesia de Alfena das instalações da antiga Escola Básica com Jardim de Infância do Xisto, considerando, por um lado, que o referido espaço se encontra devoluto - espaço este construído com dinheiro públicos e que deve por isso mesmo servir os cidadãos - e, por outro lado, a necessidade manifestada pela Junta de Freguesia de possuir um espaço para centralização do seu arquivo documental e respetiva gestão, bem como para desenvolvimento de todo um conjunto de atividades nas áreas da formação, de apoio ao empreendedorismo, de apoio social à população com menos recursos e de apoio à dinamização cultural.

Estamos convictos de que numa freguesia com um número de habitantes tão significativo como a de Alfena, situada num concelho onde persistem indicadores de desigualdades com alguma expressão, se torna necessária a prossecução do esforço de disponibilização de mais e melhores equipamentos e serviços públicos à população.

Valongo, 27 de abril de 2017

A Coligação Democrática Unitária



Grupo Municipal do Partido Socialista

Drc. S.

Assinalar ABRIL

Senhor Presidente e Senhor e Senhora Secretários da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara e Senhoras e Senhores Vereadores,

Caras e Caros Colegas da Assembleia,

Todos os demais aqui presentes,

Há dois dias atrás tivemos o prazer e a felicidade de e em LIBERDADE comemorar e festejar uma data, um acontecimento, que nos permite estar aqui hoje e democraticamente, dentro de diferentes ideais, procurarmos formas de proporcionar aos munícipes do nosso Concelho mais e melhores condições de Vida.

Comemoramos, essencialmente, o espírito que norteou aqueles que plantaram cravos nos canos de espingardas na madrugada de 25 de Abril de 1974.

Eu que tive o privilégio de acompanhar então muito de perto o empolgante momento revolucionário, sentir as imensas expectativas então desenhadas e sentir a imensa utopia que norteava uma geração que renascia para novos desígnios e desafios, não posso imaginar que o regime democrático possa, eventualmente, urdir uma malha que mais tarde o vá

gradualmente aprisionar e, por consequência, anestesiar de forma dissimulada a vida democrática dos Portugueses.

Neste momento as responsabilidades são acrescidas e impõem uma vigilância permanente para que os detratores do espírito e missão de Abril não tenham mais campo para semear.

Por isso, teremos de assinalar a importância do Executivo da Câmara de Valongo ter retomado, desde a sua eleição, a iniciativa de Comemorar uma data, um acontecimento histórico, cuja comemoração ajuda a manter essa vigilância, comemoração essa que tem tido uma evolução anual na sua beleza, dignidade e originalidade.

Escreveu Ary dos Santos “agora ninguém mais cerra as portas que Abril abriu”, acrescentando eu “portas abertas para uma sociedade mais democrática, mais justa, mais inclusiva”.

Liberdade, ó doce Liberdade, festejemos sempre o 25 de Abril!

Assembleia Municipal de Valongo, 27 de Abril de 2017

O Grupo Municipal do Partido Socialista



Doc. 10



Assunto – Proposta de aprovação de alteração dos Estatutos da Associação
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

Ex^o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e restante Membros da
Mesa

Ex^o Senhor Presidente da Câmara e restantes membros da Câmara

Caros membros da Assembleia Municipal

Caro público e comunicação social

Algumas sugestões de melhoria:

- artigo 4.º n.º 7 – “ ... prévia audiência com o associado em causa”;
- artigo 9.º n.º 2 – “ ... deverão respeitar a proporção com a realidade económica ...”;

– pergunto – o que se entende por realidade económica e quais os critérios para a determinação da proporção?

- objetivamente – qual o valor efetivo da nossa participação?

- tal valor é compatível com as regras a que estamos sujeitos por imposição do PAEL?

- A propósito do Relatório de Atividades dizer que no artigo 20.º estabelece que é competência do Conselho de Auditoria e Controlo “dar parecer sobre o Relatório” – mas quem elabora o Relatório? – não é a Comissão Executiva, pois não consta das suas competência (artigo 17º); e quem aprova algo que não foi elaborado mas que foi objeto de um parecer? Também nenhum órgão, pois não consta das competências da Assembleia Geral (artigo 12.º n.º 4) – das duas uma ou se acrescenta estas competências a estes órgãos, o que penso deve ser feito, ou se retira a competência do Conselho de Auditoria e Controlo;

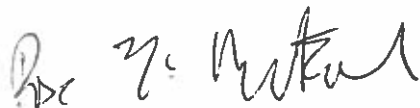
- Artigo 14.º n.º 5 – “ ... as deliberações ... são tomadas por unanimidade.” – unanimidade de quê? Dos membros presentes? Da totalidade dos membros?;

- Artigo 16.º n.º 2 – “ ... integrar-se na mesma o novo Presidente, salvo se ...”,

Estes são os meus contributos e alertas.

Tenho dito

Pelo Grupo Municipal de PSD/PPM



(Rosa Maria de Sousa Martins Rocha)

Tomada de Posição

2º Aditamento ao contrato de concessão dos serviços de água do município de Valongo

A privatização dos serviços de água e saneamento no concelho de Valongo foi realizada a 14 de julho de 2000, a Câmara então de maioria PSD, presidida por Fernando Melo, procedeu à “concessão”, por 30 anos, da exploração da rede de água e saneamento a uma empresa multinacional.

Na época, segundo a Comissão Eventual de Avaliação da Privatização dos Serviços de Águas e Saneamento, os serviços municipalizados de água e saneamento prestavam um serviço de boa qualidade e eram rentáveis para o município¹. A empresa assume assim a gestão do serviço com mais de 75% do saneamento coberto².

Dizia, o então presidente da Câmara, que esta era a única solução possível e que o seu chumbo colocaria em causa a ampliação da rede “[o] investimento não poderá ser adiado, nem poderá ser custeado só pelo Município, sob pena deste ter de deixar de investir em tantas outras áreas prioritárias como a educação, as acessibilidades, a habitação, o desporto, a cultura, o lazer, etc etc. Assim, atendendo à falta de meios financeiros próprios e porque o sistema público autárquico de limitação do endividamento é altamente redutor, vê-se o Município na necessidade de recorrer ao investimento privado”³. O negócio era ótimo para o município e para os valonguenses, não se corriam riscos porque há muito que era usado na restante europa.

O PS, onde já pontificava José Manuel Ribeiro como vereador, votou contra, não por estar contra a privatização, mas porque não concordava com o “método” e o prazo de 30 anos... “votamos contra... não porque sejamos contra a filosofia de aligeiramento de algumas estruturas administrativas da instituição-câmara, pela via privada, mas porque apenas e neste caso concreto, porque nos opomos à forma, ao modo e ao tempo em que é feita esta alienação”.³

¹ Informação retirada do Relatório da Comissão Eventual de Avaliação da Privatização dos Serviços de Águas e Saneamento discutido em 07/09/2013 em reunião da Assembleia Municipal.

² Dados retirados do site da empresa <http://www.valongo-bewater.com.pt/pt/evolucao>

³ Ata de 20/10/1999



Quatro anos depois, a Empresa exigiu e obteve da Câmara PSD um alargamento do prazo para 36 anos e deixar de pagar as rendas acordadas no contrato, cujo valor, segundo um estudo feito para a CM, rondaria os 632 mil euros por ano, mantendo-se a previsão do aumento do consumo, mesmo sem qualquer estudo económico/financeiro que sustentasse tal previsão. Nessa altura, o PS absteve-se na votação na Câmara, lavando dali as mãos como Pilatos.

A análise histórica do processo permite-nos fazer uma avaliação e tentar não cometer os erros anteriores. Se em 2004, pode existir a “desculpa” de não se saber a real dimensão do problema, hoje tal já não pode ser ignorado. Chegamos assim à renegociação de 2015, com o conhecimento proveniente da experiência vivida e o conhecimento de vários pareceres, incluindo o do Tribunal de Contas.

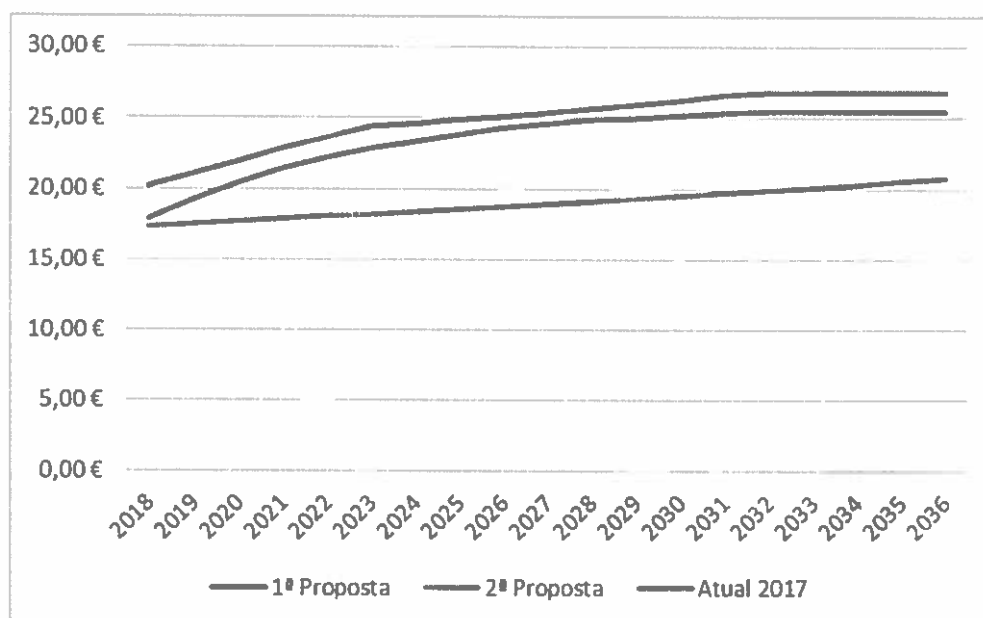
A 20 de Agosto de 2015 é votado na CM uma proposta com os votos contra da CDU e a abstenção do PSD. Mas a 26 de janeiro de 2016, a entidade reguladora dos serviços de água e resíduos emitiu um parecer negativo acerca da mesma. Neste parecer a ERSAR ia ainda mais longe afirmando que, ao contrário do previsto pela CM, de aumento dos preços da água, o que deveria acontecer em Valongo era uma “redução tarifária” [página 33 do parecer da ERSAR de 26/01/2016]. O PS tinha assim duas opções ou colocava novamente à votação a mesma proposta, continuando, à revelia da ERSAR (cujo parecer não é vinculativo), com este aditamento, sabendo à partida que teria a oposição da CDU ou usava este parecer em benefício das populações e, com mais força, renegociava junto da empresa um novo aditamento.

A opção que o PS fez foi o de insistir com a mesma proposta, considerando-a muito positiva, que os aumentos eram uma questão de “espírito de solidariedade intermunicípios”⁴ e afirmando que o seu chumbo iria fazer abater um caos no concelho, novamente usou da vitimização, do eu sou um coitadinho e estes são os maus da fita que não nos deixam governar. A proposta do PS não passou e o processo seguiu para uma comissão arbitral, cujo elemento escolhido pela Câmara PS foi o mesmo técnico que anteriormente tinha feito o estudo que teve o parecer negativo da ERSAR.

⁴ Página 3 do parecer do técnico contratado pela CM de Valongo de 20 de junho de 2016



Assim chegamos hoje à votação na AM de um novo aditamento, agora negociado entre as partes na comissão arbitral, que teve aprovação na CM com os votos do PS e PSD. Este, apesar de diferir pouco do seu antecessor, acaba por ser melhor que o anterior. Mas, se analisarmos o gráfico comparativo da evolução dos valores a pagar num consumo médio, facilmente concluímos que a melhoria está longe de se aproximar de um aumento que seguisse, por exemplo, uma taxa de inflação anual de 1%.



Tal como na versão anterior são incluídas as tarifas sociais e para famílias numerosas. Esta inclusão, apesar de positiva, apenas influenciará, respetivamente 400 e 2000 famílias⁵, num universo de 33949 famílias⁶ (7% das famílias valonguenses). Mas estas últimas, ao final de 2 anos ficarão a pagar mais do que pagam hoje sem a existência deste escalão!! Por outro lado, não podemos deixar de referir, que a inclusão de ambas as tarifas já era referida pela ERSAR em 2009, desde então que a CM e a Empresa estão em falta para com os Valonguenses.

⁵ ERSAR 1/2009

⁶ Censos 2011




Relativamente à troca do investimento na infraestrutura pelo investimento nas ETARS de Campo e Ermesinde, não podemos deixar de lembrar que, o que hoje parece um ótimo negócio para a CM (livra-se de ter de investir na melhoria das condições das ETARs, tal como achou o Presidente da CM Fernando Melo em 2000), pode ser um desastre no futuro, já que a empresa vai desviar o valor que tinha para investir na manutenção da estrutura de águas e saneamento para estas obras. Sem este investimento previsto, como estarão as estruturas aquando do final do contrato?

Pode o PSD dizer que com o seu voto conseguiu que a população poupasse milhões, esta afirmação será rapidamente desmentida pela própria população, quando em 2019 vir a sua fatura da água a crescer bem mais que o seu ordenado.

O PS podia fazer diferente? Podia! Tinha o nosso apoio e maioria na CM para levar isto até às últimas consequências, tinha do seu lado a CDU, o tribunal de contas, a ERSAR. Mas a questão é que o PS não quer. Por isso, com o voto do PSD (tal como em 2004) irão fazer um aditamento gravoso ao contrato de concessão. E a história repete-se, mas agora com os papeis trocados.

Valongo, 27 de abril de 2017

 A Coligação Democrática Unitária





Doc. 12

Assembleia Municipal de Valongo
Sessão Ordinária - 27 de abril de 2017

DECLARAÇÃO DE VOTO

A renegociação que a Câmara Municipal de Valongo levou a cabo com a empresa BeWater Águas de Valongo, no âmbito da reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato, pedido pela empresa em 2014, previa um aumento brutal da fatura da água no concelho de Valongo nos próximos 10 anos, não fosse a intervenção atempada do PSD.

Queria o presidente da câmara, no âmbito do processo, cobrar uma renda de exploração à BeWater, propondo de forma encapotada, a cobrança de mais uma taxa em benefício do Município e em prejuízo da população. Uma taxa que iria refletir-se, de forma inequívoca, num aumento da fatura mensal do consumidor. Uma receita que o PSD, enquanto geriu a autarquia, abdicou em benefício do não aumento do tarifário a cobrar aos munícipes.

De destacar que os termos do aditamento, analisados em Julho de 2016, foram alvo da análise da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) que deu um parecer desfavorável. Em defesa dos interesses da população e considerando as preocupações levantadas pela ERSAR, o PSD chumbou na altura o dossiê.

Um chumbo que obrigou a novo processo de negociação e culminou na apresentação de nova proposta de aditamento. Na nova versão, tal como defendido pelo PSD, deixou de existir, a cobrança de renda à BeWater Águas de Valongo, por parte do município, o que reduz inevitavelmente o valor das tarifas originalmente propostas. Os aumentos que serão refletidos na fatura do consumidor a partir de 2018, serão consideravelmente menores do que inicialmente proposto, indo assim também ao encontro das recomendações da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Com o contributo do PSD fica, neste aditamento hoje viabilizado, garantida a continuidade da candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e



Assembleia Municipal de Valongo
Sessão Ordinária – 27 de abril de 2017

Eficiência no Uso de Recursos para a ampliação da ETAR de Campo e obras de melhoria da ETAR de Ermesinde.

Com a sua intervenção atempada e influência no processo, o PSD conseguiu a solução mais vantajosa para a população, acautelando o seu superior interesse, sem prejuízo para o Município e tendo em consideração as questões levantadas pela ERSAR.

Valongo, 27 de abril de 2017

Pela bancada PPD-PSD/PPM,

(Daniel Torres Gonçalves)

Doc. 12

Assembleia Municipal de Valongo

Celestino Neves
(Independente)

Sessão ordinária de 27-04-2017

(Aditamentos ao contrato com a **BeWater - Águas de Valongo, SA**)

Declaração de voto contra (vencido):

1. Independentemente das condições decididas em sede de comissão paritária e aceites em reunião de Câmara, este aditamento deveria ter sido antecedido de uma informação detalhada em mapa pela concessionária sobre a efectiva cobertura do abastecimento de água e rede de saneamento e dos pontos negros onde estes serviços ainda não chegaram - algumas situações graves são conhecidas mas nunca foram confirmadas - e de um cronograma relativo à sua resolução;
2. Antes de ver validado este aditamento ao contrato a concessionária deveria ter informado a concedente sobre o número de litígios que tem pendentes com municípios, relacionados com o uso do direito de passagem (atravessamento de terrenos) e contratos associados não cumpridos;
3. Este aditamento deveria ter sido antecedido de um parecer da Associação Nacional de Municípios, nomeadamente no que toca ao sistema de geração de taxas de legalidade duvidosa como sejam por exemplo a taxa de vistoria ou pagamento dos ramais de ligação. Salvo melhor opinião, a concessionária não é mais importante que o fornecedor de electricidade ou gás e as regras devem ser idênticas;

Valongo, 27 de Abril de 2017





Assembleia Municipal de Valongo
Sessão Ordinária - 27 de abril de 2017

REQUERIMENTO

Considerando que:

- o Na rubrica da receita relativa ao impostos indiretos - loteamento e obras existiu em 2015 um desvio de 4.095,44% e em 2016 um desvio de 3.902,55% da receita cobrada face ao orçamento (cfr. quadro n.º45 do Relatório e Contas do Município de Valongo do ano de 2016);
- o Isto é, em 2015 e 2016 foi cobrada cerca de 400 vezes o valor previsto inicialmente na referida rubrica;
- o Tal desvio - que não pode deixar de ser considerado anómalo - tem de se ter ficado a dever a operações não expectáveis, uma vez que não estavam previstas em orçamento,

A bancada do PPD-PSD/PPM **vem**, através da mesa, **requerer** ao Senhor Presidente da Câmara que nos forneça a **identificação de todas as operações de loteamento**, que resultaram na cobrança de impostos indiretas conforme o quadro n.º45 do Relatório e Contas do Município de Valongo do ano de 2016, no valor de €601.248,63 em 2015 e €600.382,74 em 2016.

Valongo, 27 de abril de 2017

Pela bancada PPD-PSD/PPM,

(Daniel Torres Gonçalves)